

A VISÃO DO ESTADO EMPREENDEDOR COMO FORMA DE ESTRUTURA POLÍTICO-ECONÔMICA ADEQUADA À NOVA FASE DO CAPITALISMO¹

THE VISION OF THE ENTREPRENEURIAL STATE AS A FORM OF POLITICAL-ECONOMIC STRUCTURE TO ADEQUATE TO THE NEW PHASE OF CAPITALISM

PANORAMICA DELLA "IMPREDITORE STATO" COME STRUTTURA POLITICO-ECONOMICA ADEGUATAMENTE LA NUOVA FASE DEL CAPITALISMO

*Daniel Francisco Nagao Menezes*²

*Rafael Alves de Figueiredo*³

Área(s) do Direito: Direito Econômico; Teoria do Estado.

Resumo

É certo que, diante das diversas crises econômicas sofridas pelo sistema capitalista, este vem sofrendo, desde sua constituição, modificações estruturais, sem, no entanto, alterar em essência sua natureza mercantil. Nessa toada, frente às crises econômicas atuais, discute-se acerca de nova reorganização na dinâmica do sistema capitalista, trazendo à tona questionamentos quanto a atual política neoliberal adotada, majoritariamente, pelos Estados nacionais. Como consequência dessa discussão, apresenta a professora Mariana Mazzucato, em seu livro "O Estado Empreendedor", nova dinâmica de atuação dos Estados nacionais no jogo econômico deflagrado na estrutura capitalista, propondo um novo papel aos Estados nacionais para que participem ativamente do jogo, como protagonistas, e não mais apenas como meros coadjuvantes, alterando a atual estrutura neoliberal de atuação estatal. Diante disso, questiona-se: seria a alteração dessa dinâmica, nesses termos, uma evolução para a superação do atual sistema capitalista ou apenas sua mutação como forma de manutenção de sua própria essência?

Palavras-chave: Capitalismo. Crise econômica. Estrutura político-econômica. Estado Empreendedor.

Abstract

It is certain that, due to various economic crises, the capitalist system has suffered since its inception. Although it has been through structural changes, this has not

¹ Recebido em 15/03/2017. Aceito para publicação em 15/05/2017.

² Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, especializações em Direito Constitucional e Direito Processual Civil ambos pela PUC-Campinas, Especialização em Didática e Prática Pedagógica no Ensino Superior pelo Centro Universitário Padre Anchieta, Mestre e Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós doutorando pela Universidade São Paulo. Membro do CIRIEC-Brasil. *E-mail:* <nagao.menezes@gmail.com>.

³ Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado. *E-mail:* <adv.rafaelfigueiredo@gmail.com>.

altered the essence of its natural trademark. In this sense, due to the current economic crisis, a new idea to reorganize the dynamics of the Capitalist system has been discussed, raising concerns in regard to the current neoliberal politic used by most of the National States. As a consequence of what has been discussed, Professor Mariana Mazzucato presents in her Book "The Entrepreneurial State"; a new dynamic of action for the National States in the deflagrated economic game of the capitalist structure. She proposes a new role to the National States, so they can participate more actively in the game as a protagonist, instead of having a mere supporting role, and changing the current neoliberal structure of the State action. In lieu of this, the question has been raised: would the change of this dynamic in these terms be an evolution to overcome the current capitalist system, or only a mutation as a way of maintaining its own essence?

Keywords: Capitalism. Economic crisis. Political-economic structure. Entrepreneurial Status.

Sommario

E 'vero che, date le varie crisi economiche subite dal sistema capitalista, che ha sofferto in quanto i suoi cambiamenti strutturali dall' inizio, senza però cambiare in sostanza di natura commerciale. In questo brano, data l'attuale crisi economica, si discute sulla nuova riorganizzazione della dinamica del sistema capitalistico, fanalino di questioni come le attuali politiche neoliberaliste adottate principalmente dagli stati nazionali. Come risultato di questa discussione, presenta il professor Mariana Mazzucato, nel suo libro "L'imprenditore Stato" nuova dinamica di azione degli Stati nazionali innescato gioco economico nella struttura capitalistica, proponendo un nuovo ruolo per gli stati nazionali a partecipare attivamente al gioco, come protagonisti, e non solo come semplici appendici, cambiando la struttura neoliberalista attuale azione dello stato. Così, la domanda è: sarebbe il cambiamento questa dinamica in questi termini una evoluzione per superare il sistema capitalistico attuale, o semplicemente una mutazione come un modo di mantenere la vostra propria essenza?

Parole chiave: Il capitalism. Crisi economica. Politica e struttura economica. Imprenditore Stato.

Sumário: 1. Introdução; 2. Capitalismo e poder; 3. Estrutura sistêmica capitalista; 4. As crises do capitalismo; 5. Manutenção sistêmica do capitalismo frente suas crises; 6. Sociedade tecnológica; 7. O Estado empreendedor; 8. Considerações finais. 9. Referências.

Abstract: 1. Introduction; 2. Capitalism and power; 3. Capitalist system structure; 4. The crises of capitalism; 5. Systemic maintenance of capitalism in front of their crises; 6. Technological society; 7. The entrepreneurial state; 8. Final considerations; 9. References.

Indice: 1. Introduzione; 2. Capitalismo e potenza; 3. Struttura del capitalismo sistemico; 4. La crisi del capitalismo; 5. Manutenzione sistemico crisi del capitalismo anteriore parte; 6. Company tecnologica; 7. l'imprenditore stato; 8. Finale; 9. Riferimenti.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade investigar como ocorrem as mutações estruturais na forma do sistema capitalista frente às relações políticas, sociais, econômicas e históricas, sem que ocorram alterações na essência da forma mercantil.

Ato contínuo, discute-se, ainda, qual seria o melhor caminho a seguir pelas estruturas políticas atuais nessa nova mutação do capitalismo. Nesse sentido, busca-se demonstrar o atual momento econômico global, apontando para as crises econômicas vividas na fase neoliberal do sistema econômico.

O entendimento, então vigente, defende o livre mercado, sem intervenção do Estado, sendo que “(...) o papel do governo consiste apenas em assegurar o estabelecimento de regras justas e eficazes.” (BREMNER, 2011, p. 15).

Na contramão dessa visão, conforme exposto pela Professora Mariana Mazzucato, nas linhas de seu livro, *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado*, há a necessidade de uma nova visão na atuação política dos Estados na economia. (MAZZUCATO; 2014).

Por fim, será investigado se essa nova visão apresentada pela professora Mazzucato detém os parâmetros necessários para alteração na estrutura político-econômica, ora neoliberal, com maior participação do Estado na economia, não apenas intervindo nos momentos contra cíclicos da economia, mas participando do jogo econômico ativamente.

Inicialmente, o presente artigo visa demonstrar como a estrutura sistêmica capitalista, disseminada pela ação econômica capitalista (WEBER, 2005, p. 26), mantém-se, essencialmente a mesma, desde o surgimento do capitalismo, mesmo diante das inúmeras reorganizações políticas, sociais e econômicas durante esse período.

Sob tal prisma, ressalta-se que a estrutura capitalista se mantém intacta, diante de sua disposição em rede, perpassando pelo próprio sujeito de direito, e como as relações sociais se mantêm atreladas à forma mercantil capitalista.

Com o pretexto de preservar uma unidade ordenada na busca por um fim social (DALLARI, 1976, p. 37), para manter certa ordem social (KELSEN, 1998, p. 25), busca-se uma ordem subjetiva de ação, fundada em convenções (ROUSSEAU; 1996, p. 9), numa forma social ideológica que mantém em essência, com derivação, a forma mercantil.

A difusão da ideologia capitalista pelos aparelhos ideológicos do poder é ponto fundamental para a manutenção estrutural da dinâmica do capital. Busca, a partir desse entendimento, demonstrar que a evolução dos sistemas políticos na superação de crises sempre se dá dentro da lógica capitalista, mesmo que haja alterações profundas nas estruturas políticas e sociais.

Passamos então a apresentar as diversas crises econômicas vividas nas últimas décadas, com especial ênfase àquelas advindas da atual política econômica neoliberal, demonstrando que vivemos hodiernamente uma crise permanente, diversamente dos ciclos econômicos Keynesiano.

A análise da economia atual integra a discussão, visando demonstrar que há a necessidade de adotar-se novos caminhos para a manutenção sistêmica do capitalismo.

No momento seguinte, o artigo passa a demonstrar como o capitalismo, desde seu surgimento, aperfeiçoou-se diante das diversas crises e dos reflexos históricos, reorganizando-se estruturalmente, sem, no entanto, alterar sua essência mercantil.

Apresenta uma leitura marxista da evolução do capitalismo, demonstrado suas fases, desde a cooperação, manufatura, maquinaria até a indústria moderna, demonstrando as necessidades históricas e políticas de cada época, bem como avança nas novas fases do capitalismo, ocorridas posteriormente até a financeirização neoliberal.

Busca demonstrar, ainda, a importância econômica das inovações tecnológicas no plano político econômico, apresentando a sociedade atual como uma sociedade tecnológica, que se alicerça num sistema de inovações que devem ser fomentadas pelo Estado.

Finalmente, sob o enfoque do pensamento da professora Mariana Mazzucato, perpassando por análise da estrutura vigente sob o enfoque sistêmico desta, bem como pelas diversas crises econômicas vividas sob esta estrutura, busca discutir pela necessidade ou não da participação ativa dos Estados no jogo econômico, o que geraria alterações na estrutura econômica, questionando ainda se tais alterações seriam uma mutação natural do capitalismo.

2 CAPITALISMO E PODER

A partir do surgimento dos Estados modernos, iniciou-se a estruturação de uma sociedade capitalista, com a formação do modelo de direito que atualmente dispomos, iniciando-se a estrutura sistêmica capitalista, na qual o Estado Moderno passa a garantir os contratos e as relações econômicas, a partir da própria lógica mercantil.

Desde seu surgimento, o capitalismo se apresenta, em suas relações estruturais, causais, relacionais e históricas, como fenômeno detentor do poder político-social, em relação de causa e efeito entre sua forma mercantil, forma política e estatal.

Este poder apresenta-se por intermédio do Direito, tendo a dominação capitalista sempre viés jurídico com suporte na garantia estatal.

Onde há atividade capitalista, não é a força física que obriga, mas o Estado, como elemento intermediador da atividade capitalista, garantindo suas transações, o comércio e exploração do trabalho, os dois alicerces fundamentais do capitalismo. (MASCARO; 2013b, p. 21).

Diante das mais recentes crises econômicas e políticas do capitalismo contemporâneo, mostra-se insuficiente a analítica para o trato da totalidade e das especificidades das contradições e das crises. Não se pode explicar o Estado e a política por meio de suas definições ou padrões funcionais. Faz-se então necessário o entendimento de sua posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica e contraditória na totalidade da reprodução social. (MASCARO; 2013a, p. 13).

Com efeito, a estrutura sistêmica capitalista tem permitido a reorganização do capitalismo diante das crises sofridas, numa reorganização estrutural determinada pela mudança de parâmetros políticos, para a manutenção da própria essência capitalista.

3 ESTRUTURA SISTÊMICA CAPITALISTA

O capitalismo se apresenta em uma estrutura sistêmica, mantendo tal estrutura em nexos estruturais de poder e dominação, por meio de suas múltiplas manifestações sociais.

O poder do capital funciona em cadeia, não estando na mão de alguns indivíduos, nem se aplicando a eles, mas, sim, passando por tais indivíduos, funcionando e se exercendo em rede. Na visão Foucaultiana da microfísica do poder:

O poder não é um fenômeno binário, a partir do qual os indivíduos ou são seus detentores totais ou seus submetidos implacavelmente. Ao contrário, o poder se espalha pelos indivíduos, colocando-os, todos, na condição de opressores e oprimidos. Por isso, ao invés de uma relação binária, o poder se exerce em rede. É nas cadeias das relações de opressão que se verifica

o poder. (...) Ele se implanta em estruturas sociais. (MASCARO, 2014, p. 438-439).

Foucault diz que “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia”. (FOUCAULT, 1996, p. 181).

A aplicação do poder inserido numa estrutura sistêmica, passando pelos indivíduos, se apresenta nas ramificações das relações sociais, não somente na área formal das normas jurídicas.

O poder se revela maior que o direito formal, diante de sua ramificação em rede, as relações sociais passam não só a constituir, mas também a serem constituídas, pelo sujeito contemporâneo.

Inobstante, na estrutural do capitalismo, a repressão do estado é momento decisivo, num espaço de afirmação do Estado pela própria dinâmica capitalista.

O Estado é um momento de condensação de relações sociais específicas, a partir das próprias formas dessa sociabilidade. Seu aparato institucionalizado se implanta e funciona em uma delação necessária com as estruturas de valorização do capital, sendo este, nessa rede de relações, a chave de sua existência. (MASCARO, 2013a, p. 19).

Nessa dinâmica, a forma política estatal deriva da forma mercantil, estando a ideologia capitalista difundida estruturalmente nas raízes estatais, mas não só.

No exercício do poder em rede, a ideologia capitalista difunde-se nas relações sociais, pelas quais, inclusive, são constituídas as formas mercantil e social, derivada esta daquela.

Na difusão da ideologia capitalista, em leitura bastante inovadora do marxismo realizada pelo filósofo francês Louis Althusser (ALTHUSSER, 1985), a ideologia é estabelecida na estrutura da sociedade, diante de seu funcionamento como forma de reprodução da lógica social. *A ideologia faz o sujeito. O processo de sujeição é o constituinte e o reprodutor da ideologia.* (MASCARO, 2014, p. 564).

Múltiplos, os aparelhos ideológicos de Estado se unificam pela ideologia da classe dominante. Tal dominação ideológica é contraditória, na medida em que a classe dominada busca sua própria afirmação ideológica, mas ela é fundamental para a reprodução das relações de produção capitalistas: nenhuma classe, segundo Arthusser, detém o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado. Assim sendo, a ideologia, como prática material, é entendida estrategicamente no contexto de exploração social. O direito, como aparelho

ao mesmo tempo repressivo e ideológico, cumpre um papel fundamental na reprodução da exploração social capitalista. (MASCARO, 2014, p. 569).

A aproximação entre Althusser e Foucault permite analisar essa estrutura de poder disseminada por tais aparelhos ideológicos, em nível disciplinar do “micropoder”, como salienta Zizek (2007, p. 18).

Com efeito, na relação estruturante do capitalismo com as formas sociais, em constituição recíproca, derivando as relações sociais da própria forma mercantil própria do capitalismo, a difusão da ideologia capitalista, por seus aparelhos ideológicos do poder, é ponto fundamental para o entendimento da manutenção estrutural da dinâmica do capital, mesmo diante das diversas crises e disfunções, ultrapassadas pela auto regulação do sistema, em uma evolução dentro da mesma dinâmica para manutenção e sobrevivência desse mesmo sistema.

4 AS CRISES DO CAPITALISMO

O capitalismo vem sofrendo diversas crises nas últimas décadas, o que culminou com sua reorganização em diversas ocasiões, como nos casos do crash da bolsa de 1929 ou da crise do petróleo das décadas de 70 e 80, com alguns capítulos posteriores, a crise dos tigres asiáticos, e as sucessivas e mais recentes crises de 2008, 2010 e 2013, dentre outras.

Somente a partir da década de 1990, diversas crises cambiais e financeiras assolaram o sistema, como as crises do Sistema Monetário Europeu (SME) em 1992/1993, do México em 1994 e da Argentina em 1995, e as crises asiática, em 1997, russa, em 1998, e a crise argentina de 2001.

Cada uma das crises sopesaram todo o sistema capitalista, por diversos motivos, econômicos, políticos, sociais, denotando-se que o capitalismo não anda solitário, mas acompanhado das questões materiais envolvidas, pelo que as respectivas crises o atingem em sua sistemática diretamente, obrigando-o a alterações sistêmicas, sem alterar, porém, a estrutura central mercantil.

Logo após a segunda guerra mundial, o capitalismo democrático sofreu sua primeira crise, diante da integração à percepção popular do crescimento econômico, impulsionado nas primeiras décadas do pós-guerra, como direito de cidadania democrática. Ocorre, porém, que são cada vez menos possíveis aos governos que se seguiram.

A estrutura do arranjo entre trabalho e capital no pós-guerra era fundamentalmente a mesma nos países — sob outros aspectos bem diferentes — em que o capitalismo democrático fora instituído. Compreendia um Estado de bem-estar em expansão, o direito dos trabalhadores à livre negociação coletiva e a garantia política do pleno emprego, inscrita por governos que faziam amplo uso do instrumental econômico keynesiano. Quando o crescimento começou a ratear no final dos anos 1960, porém, ficou difícil manter essa combinação. Enquanto a livre negociação coletiva possibilitava aos trabalhadores, por meio de seus sindicatos, agir de acordo com expectativas, já firmemente arraigadas, de aumentos salariais anuais em caráter regular, o compromisso dos governos com o pleno emprego, bem como com a expansão do Estado de bem-estar, protegia os sindicatos de potenciais perdas de postos de trabalho causadas por acordos salariais que excediam o crescimento da produtividade. (STREECK, 2012, p. 40).

A inflação foi a herança dessa política imposta pelo anseio social norteador das relações sociais da época. Tendo sido controlada somente no final da década de 70.

Para Moulner-Boutang, a crise dos anos 70 demarcou o início da segunda grande transformação capitalista. A economia ocidental sustentava-se, até então, na produção material baseada na energia de baixo custo, na importação de mão de obra estrangeira, em matérias primas baratas, em taxas fixas entre as moedas, numa situação de quase pleno emprego, dentre outras condições favoráveis. (STREECK, 2012, p. 57).

Nessa toada, novamente as alterações nas estruturas sociais e políticas foram necessárias à manutenção do capitalismo. Abandonou-se os ideais do capitalismo democrático do pós-guerra, iniciando-se a era neoliberal.

A chamada “globalização neoliberal”, ou seja, a expansão capitalista em curso nos últimos trinta anos estaria resultando no deslocamento do capitalismo ao novo modelo de acumulação, o capitalismo cognitivo; por isso, a financeirização expressaria a remodelagem do modo de produção. Em sua avaliação, a predominância das finanças corresponde também a patrimonialização da economia, mas o fator decisivo do poder financeiro decorre, provavelmente, das novas tecnologias da informação e da comunicação. (SILVEIRA, 2012, p. 56).

No período do neoliberalismo, houve um aumento no número de crises econômicas, sendo certo que quanto mais fundo se vai na análise da financeirização neoliberal, menos compreende-se as transformações macroeconômicas do capitalismo contemporâneo.

Em termos de instabilidade financeira, embora seja sempre problemático definir e medir crises financeiras, fica claro que sua incidência e frequência aumentaram muito: segundo Bordo e outros, enquanto no período de 1945 a 1971, o mundo passou por apenas 38 crises financeiras, entre 1973 e

1997 passou por 139 delas, ou seja, no segundo período houve entre três e quatro vezes mais crises do que no primeiro. Segundo um critério diferente, Reinhart e Rogoff¹⁷ identificaram apenas uma crise bancária de 1947 a 1975 e 31 de 1976 a 2008. [...] associado a isso, as taxas de crescimento caíram de 4,6% ao ano nos trinta anos durados (1947-1976) para 2,8% nos trinta anos que se seguiram. E, para completar, a desigualdade, que, para surpresa de muitos, diminuía nos trinta anos dourados, aumentou fortemente no período pós-Bretton Woods. [...] enquanto os salários permaneciam estagnados, o endividamento das famílias aumentou de 60% do PIB em 1990 para 98% em 2007. (SILVEIRA, 2012, p.58-59).

Nesse sentido, o capitalismo, durante esse período, passa, não por diversas crises, mas por uma única crise: *“no contexto do neoliberalismo e da financeirização, o capitalismo passava por mais do que apenas crises cíclicas: estava experimentando uma crise permanente.”* (SILVEIRA, 2012, p. 56)

Recentemente, as crises de 2008 e 2010 também influenciaram econômica e politicamente todo o mundo.

A atual crise denominada de 2010 afeta países específicos da Europa que receberam a denominação de PIGS. Muito se comenta acerca da continuidade da crise de 2008 ou do surgimento de uma nova crise, mas sem chegar-se a uma conclusão pacífica. O fato é que, novamente, temos a presença de um evento econômico, de caráter sistêmico, que envolve a atuação conjunta de Estados, indivíduos e Organismos internacionais e que ameaça não somente a estabilidade da comunidade europeia, mas também de toda a sociedade internacional. (HISSA, 2012, p. 103).

A partir de 2008, inicia-se mais uma etapa da crise do capitalismo democrático do pós-guerra.

Com o sistema financeiro global prestes a se desintegrar, os Estados-nação buscaram restituir a confiança econômica socializando os créditos podres emitidos como forma de compensar a consolidação fiscal. Somada à expansão fiscal necessária para evitar um colapso da “economia real”, a medida resultou em um novo aumento dramático dos déficits públicos e da dívida pública — um desdobramento, cabe notar, que não se deveu de modo algum a gastos extras inconsequentes por parte de políticos oportunistas ou de órgãos públicos desavisados, como insinuado pelas teorias da “escolha pública” e pela vasta literatura de economia institucional produzida nos anos 1990 sob os auspícios, entre outros, do Banco Mundial e do FMI. (STREECK, 2012, p. 49).

Tem-se hoje, uma estrutura econômica vulnerável, como se denota das sucessivas crises até aqui apontadas.

O cenário atual, marcado pela acumulação flexível, demanda, para a formação dos trabalhadores, uma flexibilização determinada pelo lócus de cada um na cadeia produtiva. [...] A empregabilidade, atualmente, vem

sendo utilizada, no âmbito do discurso capitalista, no sentido da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso na carreira. (...) A empregabilidade esconde, na verdade, o movimento de flexibilização e crise do capitalismo, que gera o desemprego em massa, e que nada mais é que uma faceta da redução ontológica no sistema de acumulação flexível (HARVEY, 2002), além de esconder a faceta destrutiva e excludente do mundo do trabalho na contemporaneidade (ALVES, 2007). (MELO, 2009, p.17-18).

O fato concreto é que o capitalismo contemporâneo tem passado por diversas crises, parecendo condizente, com o quanto exposto até aqui no presente trabalho, afirmar que ao sistema capitalista será necessária nova reestruturação, numa alteração na estrutura política.

A essa altura, parece evidente que a capacidade de gestão política do capitalismo democrático declinou acentuadamente nos últimos anos, mais em certos países do que em outros, mas também de maneira abrangente, no sistema político-econômico global emergente. Em consequência, os riscos parecem estar se ampliando, tanto para a democracia quanto para a economia. (MELO, 2009, p. 53).

É certo, no entanto, que atualmente vive-se uma das piores crises financeiras globais. O que, de certo modo, culminará com uma reorganização estrutural na sistemática capitalista.

5 MANUTENÇÃO SISTÊMICA DO CAPITALISMO FRENTE SUAS CRISES

O Capitalismo vem mantendo sua dinâmica essencial desde seu surgimento, alterando superficialmente as estruturas políticas e sociais, como forma de manutenção sistêmica capitalista.

No movimento histórico de consolidação do capitalismo, passou por diversas fases, alterando a estrutura externa, formal, para própria manutenção, conforme as necessidades históricas e políticas de cada época. Nesse sentido, já advertia Marx, acerca da dinâmica histórica do capitalismo: *“Excetuando-se aspectos acessórios, só existe mudança de forma quando sobrevém uma revolução nos instrumentos de trabalho”*. (MARX, 1998, p. 419).

É certo que desenvolvimento dos aparatos políticos e jurídicos - como a melhora nas relações sociais, melhor democracia, ou a constitucionalização - não transforma o capitalismo. (MARX; ENGELS, p. 26-31).

Dentro da lógica do direito, que é a lógica do capital, os sujeitos de direito apenas se vendem, com mais ou menos obstáculos, à explicação do capital. O desenvolvimento desses meios políticos – dessas forças produtivas -, mantida a estrutura capitalista, apenas reproduz a mesma lógica do capital, como uma máquina azeitada que não para. (MASCARO, 2014, p. 292-293).

Passando por diversas fases, o capitalismo sempre que necessário se reorganizou para própria manutenção. Em análise de Marx em *O Capital*, ao analisar o movimento histórico do capitalismo, apresenta as fases de desenvolvimento da produção, tendo, segundo tal análise, passado o capitalismo pelas fases da cooperação, manufatura, maquinaria e indústria moderna.

Na cooperação, a força de trabalho individual de cada trabalhador, soma-se à dos demais, em cooperação mútua, alterando o cálculo do valor da mercadoria:

Cria-se, na cooperação, uma força nova, de caráter coletivo e que consegue revolucionar o modo de produção em relação ao artesanato. Uma mudança substancial quanto a esse aspecto dá-se pelo rompimento com o valor da mercadoria, que, no artesanato, era calculado pelo tempo de trabalho do artesão individualmente. Nas oficinas organizadas pelo capitalista, passa a valer o tempo de trabalho médio como valor da mercadoria, ou seja, não é mais a destreza individual o parâmetro para conferir valor à mercadoria, mas sim a destreza média. (MELO, 2009, p. 4).

Entre os séculos XIV e XVIII, perdurou a próxima fase capitalista, “a forma clássica da cooperação”, a fase da manufatura.

A manufatura tem como formato o processo produtivo parcelado, ou seja, os trabalhadores de ofícios diversos, reunidos numa mesma oficina, fazem cada qual certa parcela do produto final. [...] O que Marx observa como característico dessa fase é que nela se inicia a especialização das atividades, ou seja, aquele artesão que antes dominava toda a extensão de seu ofício, quando colocado a trabalhar numa atividade específica, perde com o tempo a capacidade que tinha de domínio de todo o ofício anterior. (MELO, 2009, p. 6).

Em nova reestruturação da estrutura formal do capitalismo, diante da morosidade e dos altos custos do sistema de manufatura, que não correspondia aos aumentos da demanda, bem como diante do risco para o capital de estar nas mãos dos trabalhadores todo o processo de trabalho, surge a maquinaria, uma nova fase do desenvolvimento capitalista, e, posteriormente, a indústria moderna, com a primeira revolução industrial.

Essa oficina, produto da divisão manufatureira do trabalho, produziu, por sua vez, máquinas. Estas eliminaram o ofício manual como princípio

regulador da produção social. Assim, não há mais necessidade técnica de fixar o trabalhador a uma operação parcial, por toda a vida. E caíram as barreiras que aquele princípio opunha ao domínio do capital. (MARX, 1998, p. 419).

A partir do século XX, com a Segunda Revolução Industrial, e intervenção do estado na economia, com o fim do liberalismo puro, há, assim, uma nova reestruturação sistêmica do capitalismo, na fase financeirizada do capital, no chamado capitalismo financeiro.

A virada do século XIX para o século XX, presencia o avanço das forças produtivas que impulsionaram a formação de novas relações de produção aptas a se adequar à nova realidade. A estrutura e os pilares básicos do capitalismo são mantidos, mas assumem novas formas, aperfeiçoadas. (MEZARROBA, 2007, p. 11).

Logicamente, as alterações na forma do capitalismo refletem nas estruturas políticas e sociais de cada época. Com a internacionalização do mercado econômico, as políticas econômicas passam a conduzir diretamente a nova estruturação capitalista.

O crédito substituiu em larga escala o capital-dinheiro na circulação de valores, reduzindo os custos de manutenção do valor da mercadoria-dinheiro e acelerando a rotatividade do capital em uma nova era de negócios transnacionais. As instituições financeiras, tradicionalmente encarregadas da centralização dos créditos aos capitalistas, assumiram uma importância gigantesca na medida em que passaram a centralizar grandes somas de capital-dinheiro e a possuir informações privilegiadas sobre a movimentação financeira das empresas. [...] Os Estados coloniais se lançam a uma corrida de re-partilha do mundo conforme aos interesses das suas grandes empresas transnacionais – no sentido de possuírem uma base nacional, cujos interesses são defendidos por um Estado Nacional – e não multinacionais – que teriam o significado de empresas desterritorializadas – que levaria em 1914 a um confronto mundial causador de imensas perdas humanas e sociais. (MEZARROBA, 2007, p. 13-14).

A partir de um determinado momento histórico, após a segunda grande guerra, com a comoção geral recorrente após as atrocidades do nazismo, houve a aproximação dos Estados. Destarte, os problemas passaram a ser vistos como universais e transindividuais, e, sob um prisma humanista, tornaram-se mundiais.

Com a globalização, alguns temas atingiram uma gama maior de pessoas e passaram a contaminar as preocupações sociais. Temas como a paz, o desenvolvimento, o progresso, o meio ambiente, o futuro, passaram a ser o centro das preocupações.

Com efeito, a alteração substancial na estrutura política e social dos Estados, nessa fase, exigiu do sistema capitalista nova reorganização, como efeito direto da globalização da economia.

Frente à evidência da incapacidade do fordismo, no período de 1965 a 1973, para conter as contradições inerentes ao capitalismo, de acordo com Coriat (1988) e Harvey (2003), ganha impulso uma radical reestruturação do mercado de trabalho, pela adoção de uma gestão mais adaptável e flexível, que permitiria um sistema de produção inovador, mais ágil e menos oneroso, possibilitando o que ele denomina de acumulação flexível. (MUNHOZ, 2008, p. 160).

Na sequência, com a terceira Revolução Industrial, a chamada revolução tecnológica, houve uma reordenação espacial da indústria e reorganização internacional do trabalho. Mas, a principal fonte da necessidade de reorganização capitalista encontra-se nas evoluções e inovações tecnológicas, que deram outra dinâmica à forma estrutural do capitalismo.

6 SOCIEDADE TECNOLÓGICA

O recente crescimento da sociedade industrial desenvolvida advém da Inovação. A tecnologia passa a ser fator de produção autônoma, agregado ao capital e ao trabalho.

A inovação tecnológica e a transformação organizacional, com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade, foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação da produção, afirma Castells (2006). Para ele, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada. (MUNHOZ, 2008, p. 7).

No sistema econômico, a tecnologia trouxe à tona uma nova realidade, constituindo-se como principal forma de concorrência no meio empresarial, sendo que o aumento da produção de novos bens e serviços, aliado à diminuição dos custos, levou ao aumento do consumo. Isso levou a acentuar as diferenças entre grandes, médias e pequenas. Ademais, uma vez que inconciliáveis com os limites nacionais, as possibilidades oferecidas pela revolução tecnológica alteram a capacidade de autodeterminação dos estados. Por fim, exige da classe trabalhadora uma especialização técnica. A revolução tecnológica obrigou o estado a assumir uma parte importante dos gastos de investigação, executados pelo próprio estado, e em parte transferidos para as empresas, através de subvenções diretas ou

bonificações fiscais, numa intersecção entre o estado e as empresas. (GARCÍA-PELAYO, 2009, p.56-57).

Dessa forma, passa o Estado a ter de determinar os objetivos tecnológicos da sociedade nacional, embasado na economia e bases estruturais sociais, culturais e políticas.

Há de se considerar que, com o advento das recentes tecnologias, bem como da dinâmica científica hodierna, a inovação tecnológica traz alterações no padrão comportamental e mudanças na estrutura da especialidade do trabalhador.

Fato é que, quando ocorre a mudança de um paradigma ou de um determinado padrão comportamental por meio da inovação tecnológica, a vida das pessoas tende a se modificar, em função do uso de novos artefatos. Daí em diante quanto mais a tecnologia se desenvolve, mais transformado e dinâmico fica o trabalho das pessoas que a utilizam, uma vez que ao incorporá-la à realização das tarefas, não somente agregam novas formas de fazer como também passam a trabalhar na velocidade com que os equipamentos funcionam. (TERRA, 2010, p. 83).

Tal fato se desenvolve de forma imprevisível, diante dos resultados frente aos investimentos em tecnologia, nem sempre calculáveis na estrutura econômica empresarial. Nesse sentido,

O processo de inovação tecnológica é um processo incerto; no início do processo, não é possível saber quais resultados serão alcançados, ou seja, existe a presença de incertezas, uma vez que não há garantias de sucesso ex-ante. (CICCONI, 2006, p. 6).

Cumprindo ainda ressaltar que a tecnologia é inerente à própria essência do capitalismo, sendo necessária à própria manutenção do sistema. Essa compreensão advém da análise do capitalismo do próprio Marx, que, até o presente momento, mantém-se atual e pertinente.

Em síntese, a evolução tecnológica é inerente ao capitalismo. O desenvolvimento de novas tecnologias implica mudanças, tanto das relações técnicas, quanto sociais de produção. No capitalismo, a evolução tecnológica ocorre em meio aos conflitos sociais, numa dinâmica contraditória que modifica incessantemente os meios de trabalho e o modo de produzir. O interesse principal é a acumulação de capital. A automatização do meado do século XIX originou novo padrão tecnológico que permitiu criar a indústria moderna e viabilizou a produção em massa. A máquina automática que viabilizou a indústria moderna transformou as relações técnicas de produção. A substituição da força de trabalho humana pelas forças motrizes decorreu de acelerado progresso tecnológico que permitiu a expansão do capital. A nova base técnica-organizacional

alavancou o desenvolvimento das forças produtivas e possibilitou o novo ciclo econômico embasado na industrialização. (SILVEIRA, 2012, p. 27-28).

Inobstante, é certo que as recentes descobertas tecnológicas das últimas décadas, trouxeram à tona alterações na estrutura capitalista.

Para identificar por que a tese do capitalismo cognitivo avalia que o processo de acumulação, com base nas novas tecnologias informacionais, transforma o capitalismo, importa caracterizar as transformações do capitalismo contemporâneo a partir das ideias de Moulier-Boutang (2007). Em sua visão, a recente expansão capitalista provocou a derrocada do modelo de acumulação³³ que vigorou desde o pós-guerra até o meado dos anos 70. Os efeitos do novo modelo de acumulação, em curso nos últimos trinta anos, correspondem a uma segunda grande transformação capitalista: o surgimento do capitalismo cognitivo. (SILVEIRA, 2012, p. 55).

Com efeito, é certo que no estágio tecnológico atual, as movimentações na estrutura social devem ser ressaltadas, mormente com o advento e distribuição maciça da internet.

Em apenas sete anos (2000 a 2007), o número de assinantes da Internet aumentou 232% mundialmente. O chefe da União Internacional de Telecomunicações (UIT), HamadunTouré, anunciou que em 2011 o número de usuários da Internet ultrapassou dois bilhões. É a primeira vez na História que bilhões de cérebros humanos funcionam de maneira interconectada em tempo real. Esse aumento da cooperação social e produtiva tornou-se possível com o sistema de rede (network) viabilizado pela informática, termo recente assim definido por Moulier-Boutang. (SILVEIRA, 2012, p. 60).

Nesse sentido, além da influência nas relações sociais, é importante ressaltar que a revolução tecnológica, elevada à potência incrível na última década, traz também grande influência na área política e, principalmente, econômica, gerando, assim, grandes transformações no capitalismo contemporâneo, exigindo nova reorganização orgânica da sistemática estrutural capitalista.

Moulier-Boutang avaliou a revolução tecnológica informacional como expressão de grande transformação do capitalismo contemporâneo, resultado e condição do avanço do capital. Para ele, a intensidade e a rapidez do progresso técnico digital, da nanotecnologia, da biotecnologia alteram não somente os parâmetros de espaço e tempo, mas modificam a concepção do fazer, do agir, da produção das condições de vida sobre a Terra. Portanto, ele considerou essa revolução tecnológica para além da modificação dos meios de comunicação (relação espaço/tempo); sua importância foi avaliada pela mudança qualitativa estendendo-se a diversas outras áreas. Por isso, o Autor considerou radical o salto tecnológico. (SILVEIRA, 2012, p. 63).

Inobstante, a inovação tecnológica não propicia alterações significativas no sistema, caso não chegue ao mercado. E o fato é que as inovações tecnológicas que mais influenciaram a economia atual têm, em sua origem, investimentos Estatais, conforme busca demonstrar a Professora Mariana Mazzucato.

A questão fundamental de sua análise é que as tecnologias mais radicais em diferentes setores – da internet à indústria farmacêutica – têm origem no financiamento de um Estado corajoso, disposto a assumir riscos. (...) O que Mazzucato faz é estabelecer uma ligação direta entre governo e tecnologia, inovação e empreendedorismo, ao mesmo tempo em que analisa questões centrais da economia da inovação. (MAZZUCATO, 2014, p. 18)

Nesse sentido, afirma a professora que:

[...]a maioria das inovações radicais, revolucionárias, que alimentaram a dinâmica do capitalismo – das ferrovias à internet, até a nanotecnologia e farmacêutica modernas – aponta para o Estado na origem dos investimentos “empreendedores” mais corajosos, incipientes e de capital intensivo. (MAZZUCATO, 2014, p. 26).

7 O ESTADO EMPREENDEDOR

Atualmente domina no âmbito mundial a política econômica neoliberal, sendo hoje o principal argumento para recuperação das últimas crises econômicas a limitação do papel do Estado na economia.

A aposta é na atuação do capital privado para alavancar a economia, sob o fundamento central de que o setor privado, com seu espírito animal, é dinâmico, competitivo, inovador e “revolucionário”, uma vez que “(...) *os interesses particulares e sociais nem sempre coincidem*” (KODJA, 2011, p. 8), em dicotomia com o setor público, preguiçoso, burocrático, inerte e “intrometido”. Este último deve se ater apenas aos investimentos contra cíclicos Keynesianos.

Um contraponto a esse entendimento, encontra-se no pensamento da Professora Mariana Mazzucato em seu livro, *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado*, no qual são desmascarados os mitos do entendimento econômico dominante, demonstrando que o atual ecossistema de inovação é um sistema parasita disfuncional.

Este livro também examina mais explicitamente o grupo de atores necessários para gerar o crescimento puxado pela inovação e questiona se

o “ecossistema” de inovação atual é simbiótico funcional ou parasita disfuncional. (MAZZUCATO, 2014, p. 25).

Segundo Mazzucato, a teoria econômica convencional trata da intervenção estatal somente quando o retorno social do investimento for maior do que o retorno privado.

Ocorre, porém, que ao escantear o Estado, a política econômica descarta um dos principais atores da economia. O Estado não pode permanecer no jogo como observador, intervindo somente nos momentos em que o capital privado não estivesse disposto a investir. O Estado deve participar ativamente do jogo, como um *player*, agindo economicamente, não como regulador apenas, mas de forma ativa e substancial no jogo econômico.

[...]o Estado [...] é um parceiro fundamental do setor privado – e em geral mais ousado, disposto a assumir riscos que as empresas não assumem. [...] Um Estado empreendedor não apenas “reduz os riscos” do setor privado, como antevê o espaço de risco e opera corajosa e eficientemente dentro desse espaço para fazer as coisas acontecerem. (MAZZUCATO, 2014, p. 29).

A ficção retórica criada sobre essa questão é de salutar relevância, uma vez que o argumento central da discussão é de que o Estado deve buscar elevar o “espírito animal” do empresariado, para que este passe a gastar em novas áreas pioneiras. Porém, são os estados mais fracos que cedem à essa argumentação, passando a participar, apenas como regulador, com corte de carga tributária, sob o fundamento de eliminação de burocracia.

No modelo atual, os Estados se submetem ao interesse privado, tornando-se de fato lento e burocrático, por ausência da confiança necessária para tomar as medidas corretas, nos momentos corretos.

De fato, quando não se mostra confiante, o mais provável é que o estado seja ‘submetido’ e se curve aos interesses privados. Quanto não assume um papel de liderança, o Estado se torna uma pobre contrafação do comportamento do setor privado em vez de uma alternativa real. E as críticas costumeiras de que o Estado é lento e burocrático são mais prováveis nos países em que ele é marginalizado e obrigado a desempenhar um papel puramente ‘administrativo’. [...] são os Estados mais fracos que (mais) cedem à retórica de que existe uma necessidade de diferentes tipos de ‘cortes na carga tributária’ e eliminação da ‘burocracia’ normativa. (MAZZUCATO, 2014, p. 29-31).

A retórica político-econômica liberal traz a falsa ideia de que a responsabilidade dos serviços públicos deve ser transferida para o privado, sob o fundamento de maior eficiência administrativa. O Estado regularmente é visto como inimigo da empresa, devendo agir, apenas, no básico, como na educação e em pesquisas, tendo que deixar aos empresários “revolucionários” as demais atividades.

Ocorre que “[...] esse espírito revolucionário dificilmente é encontrado no setor privado, com o Estado tendo de assumir as áreas de maior risco e incerteza. (MAZZUCATO, 2014, p. 43).”

O fato concreto é que quanto mais afirmar-se a incompetência e o papel secundário do Estado, maior dificuldade este terá de adentrar ao jogo como um *player* importante.

Acontece que de forma pontual o Estado investe em pesquisas de base ou em inovações tecnológicas de modo a assumir o risco não assumido pelo setor privado, o da verdadeira incerteza *knightiana*.

Embora haja uma tentativa de desviar da argumentação principal quando se trata de o Estado agindo como verdadeiro empreendedor, é certo que “a maioria das inovações radicais, revolucionários, que alimentam a dinâmica do capitalismo aponta para o Estado na origem dos investimentos “empreendedores” mais corajosos, incipientes e de capital intensivo”. (MAZZUCATO, 2014, p. 26).

Um exemplo importante soerguido pela autora refere-se à internet, uma vez que no início, “o governo precisou inclusive apoiar a comercialização da internet.” É certo que, não bastasse o setor privado sequer comercializar a descoberta no início, o próprio Estado investiu na área, ainda não sondada pelo setor privado.

O capital privado não tem a coragem necessária para o investimento em áreas nas quais não há a certeza do retorno, não há investimento substancial nessas áreas pelo setor privado, não havendo como não enxergar o Estado como um *player* ativo no jogo econômico, diante de tais investimentos.

A atuação estatal nos moldes acima, que ocorreram principalmente nos Estados Unidos, ocorreu de forma tímida, não havendo uma política econômica global substancial nesse sentido. Talvez o que falte à estrutura atual capitalista para seu ressurgimento como política ideal.

Há inclusive uma inversão de valores, sendo o Estado, nas poucas vezes que agiu corretamente, investindo em áreas de risco, onde houve retorno em

inovações tecnológicas, posteriormente utilizadas pelo setor privado, taxado de inerte, sofrendo, inclusive, pressões do capital privado para remunerar os “investimentos” realizados em tais inovações, com corte de carga tributária, sem, no entanto, dar-se conta de que o Estado deveria ser contemplado, e não o setor privado. Tais ocorrências tornam esse ecossistema de inovação parasitário.

Nessa toada, o Estado não pode ser limitado à criação de condições para o setor privado desenvolver-se. Certamente, a autorregulação dos mercados capitalistas não prospera, eis que o Estado, conforme dito alhures, não pode apenas preocupar-se com a adequação da infraestrutura ao desenvolvimento do capital privado.

Não pode haver, conforme afirma a Professora Mazzucato, a socialização do risco e a privatização das recompensas. A nova fase do capitalismo, para sobrevivência do sistema, exige que o Estado participe mais ativamente do jogo, tendo, também, sua “fatia do bolo”.

Somente assim, será possível promover o crescimento a partir da inovação, com o Estado participando ativamente da estrutura econômica, para superar o momento de instabilidade estrutural do sistema, sendo fundamental para tanto uma nova perspectiva política.

Em primeiro lugar, é claro que não basta falar do ‘estado empreendedor’, é preciso construí-lo – prestando atenção a organizações e instituições concretas no governo que conseguem criar estratégias de crescimento no longo prazo e ‘dar as boas-vindas’ aos inevitáveis fracassos. [...] em segundo lugar, se o Estado está sendo solicitado a se envolver no mundo da incerteza, com as inevitáveis vitórias e derrotas (que também caracterizam o capital de risco privado), então é justo que diante de uma vitória (o lado positivo) também haja um retorno para cobrir as derrotas (o lado negativo). [...] em terceiro lugar, por se concentrar no papel do Estado em uma paisagem arriscada e acidentada, agindo ativa e corajosamente, e não apenas ‘desqualificando’ o setor privado e consertando as ‘falhas do mercado’, análise oferecida aqui tem potencial para informar melhor as políticas que são direcionadas a outros atores do ‘ecossistema’ da inovação. (MAZZUCATO, 2014, p. 260-262).

Uma última reflexão é necessária sobre a aplicação das teses de Mazzucato para o Brasil. Como notório, o país é subdesenvolvido e, periférico, sua economia é dependente de países centrais. Essa dependência se dá pelo domínio do conhecimento, em outras palavras, da ciência e tecnologia, as quais não são transferidas ou são transferidas condicionalmente dos países centrais para a periferia.

Para isso são necessárias estratégias estatais para a superação do subdesenvolvimento, especialmente, em um cenário como o brasileiro, em que as empresas preferem adquirir “conhecimento” nos países centrais do que os desenvolver no país. Com isso, a Emenda Constitucional 85/15 que cria o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), bem como as leis ordinárias de incentivo à inovação tentar concretizar as lições de Mazzucato.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo tem se reorganizado estruturalmente, com a manutenção de sua própria essência, mesmo diante das diversas crises sofridas, numa reorganização estrutural determinada pela mudança de parâmetros políticos e econômicos.

Com efeito, embora sofra alterações de tais parâmetros, a relação das formas sociais com o capitalismo, que se constituem reciprocamente, é ponto fundamental para o entendimento da mutação sistêmica inserida na própria dinâmica do capital para manutenção e sobrevivência do capitalismo, de modo que as relações sociais derivam da própria forma mercantil inerente ao capitalismo, em difusão em rede da ideologia capitalista, por seus aparelhos ideológicos do poder.

Nessa toada, vive-se, atualmente, uma sucessão de crises financeiras globais, como demonstrado alhures, o que certamente culminará com uma nova reorganização estrutural na sistemática capitalista.

Nesse sentido, o Estado empreendedor, que transparece em algumas das situações apresentadas pela professora Mariana Mazzucato, enfrenta diversas barreiras teóricas no campo da atuação prática, mormente diante do neoliberalismo moderno.

Fato é que não há atuação estatal, em sua forma jurídica atual, que se apresente politicamente dentro das características apresentadas pela professora, uma vez dentre as teorias políticas dominantes no cenário atual, é certo que os Estados que hoje realizem opções políticas, dentro da realidade apresentada, apenas o fazem paliativamente e sob os olhares indispostos do neoliberalismo, e não num contexto geral de determinado país ou estado.

Há ainda uma dificuldade prática de atender tal situação, diante de uma maioria teórica ou de uma massa teórica que inibe a aceitação de novos modelos,

com já ocorra em outras épocas, diante do viés político-histórico dos respectivos casos.

Argumenta a professora que uma leitura prática da teoria apresentada, traria uma melhor representatividade ao estado adotante, tendo como reflexo uma melhora no desenvolvimento econômico deste estado e, portanto, seria um novo passo na evolução do capitalismo moderno.

Diante do exposto, seria então possível afirmar que a leitura política, feita pela professora, seria na atuação prática de um estado, dentro dessas circunstâncias, o melhor aproveitamento político e econômico desse Estado, podendo, portanto, afirmar-se que se trata de uma forma de agir dentro da evolução natural do capitalismo moderno.

Assim, é possível afirmar que, diante das crises do atual sistema econômico, a mutação da estrutura capitalista atual, alterando-se do neoliberalismo moderno para uma atuação político-econômica dos Estados, de fato como *players*, no modelo apresentado pela professora Mariana Mazzucato, embora mantenha a essência do sistema capitalista, é uma metamorfose do capitalismo para a própria sobrevivência.

9 REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BREMMER, Ian. **O fim do livre mercado: quem vence a guerra entre o estado e corporações?**: Tradução Luiz Euclides T. Frazão. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2010, n.86, pp. 51-72. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100003>.

CICCONI, Eduardo Garbes. **Financiamento de Projetos Tecnológicos**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1973.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GARCÍA-PELAYO, Manoel. **As transformações do Estado Contemporâneo**. Trad. Agassiz Almeida Filho, Rio de Janeiro: Forense, 2009.

HISSA, Carolina Soares. **Crise econômica e acesso ao crédito**. 2012. 125 f.

KELSEN, Hans, 1881-1973. **Teoria pura do direito**: Tradução: João Batista Machado). 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- KODJA, Claudia. **Mundo em crise: a libertação e o abandono de uma sociedade**. São Paulo: Almedina, 2011.
- MARX, K. **O Capital**, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, Friedrich. “**Manifesto do Partido Comunista**”. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, v. 2.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado**. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MELO, Alessandro de. A redução ontológica do Homem à máquina em Marx: subsídios ao debate contemporâneo. **Educ. rev.** [online]. 2009, vol. 25, n. 2, p. 153-173. ISSN 1982-6621. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000200007>.
- MEZAROBA, Orides; Castro, Matheus Felipe de. O Estado em transe: atualidades do imperialismo enquanto fase superior do capitalismo. **Revista Sequência**, nº 54, jul. 2007.
- MUNHOZ, Gláucia de Souza; Borges, William Antonio; Kimmelmeier, Carolina Spack. **O empreendedorismo no contexto das mutações do mundo do Trabalho, Maringá**, v. 30, n.2, 2008. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v30i2.297.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SILVEIRA, Tânia Maria. **Capitalismo contemporâneo e desenvolvimento tecnológico: Duas abordagens teóricas: marxista e cognitiva**. Dissertação. 2012.
- STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. Translated by Alexandre Morales. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2012, n.92, pp. 35-56. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000100004>.
- TERRA, Branca; Batista, Luiz Alberto; Almeida, Mariza. INOVAÇÃO E SOCIEDADE. **Polêm!ca**, v. 9, n. 4, p. 82 - 87 – , outubro/dezembro 2010.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ZIZEK, Slavoj. “**O espectro da ideologia**”. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.